

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator na Câmara pode acatar sugestão de Lira e mudanças polêmicas ficariam para 2024

Chance de fatiamento para aprovação este ano

» EDLA LULA

Com a aprovação da Reforma Tributária no Senado, as atenções se voltam para o caminho da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019 de volta à Câmara dos Deputados. Na próxima semana, o texto retornará às mãos do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que já havia sido relator da matéria na primeira passagem pela Casa.

Ontem, Ribeiro afirmou que só poderá definir se a votação será fatiada, como defende o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), depois de ter acesso ao texto finalizado no Senado, após a revisão de redação. Par a garantir que a reforma seja promulgada ainda este ano, Lira tem defendido que seja aprovado, primeiro, aquilo que

é consenso nas duas casas do Congresso. Isso deixaria algumas das mudanças feitas por Eduardo Braga (MDB-AM), relator no Senado, para o ano que vem.

Observadores que acompanham de perto o processo acreditam que essa ideia tende a perder força. "Qualquer tipo de fatiamento pode jogar no lixo toda a construção complexa (do sistema tributário) que vem sendo feita", observa o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa.

Ele lembra que tudo aprovado no Senado foi feito em consenso com a Câmara e com o próprio governo. Os relatores nas duas casas reuniram-se frequentemente e até mesmo Lira foi ouvido em alguns momentos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assim como o secretário Extraordinário da Reforma Tributária,

Bernard Appy, também discutiram cada emenda.

Mas há temas polêmicos, que envolvem as disputas regionais, como a inclusão do dispositivo que permite aos estados do Norte e do Nordeste manterem benefícios tributários para o setor automotivo. Esse item havia sido derubado na Câmara, mas foi restaurado no Senado.

"É um ponto de risco, porque ficou claro que o pacto federativo no Brasil tem limitações", adverte César.

Além disso, o cientista político recorda que sempre é tempo para negociações com o Centro por cargos ou emendas no Orçamento. "Temos que lembrar que a Caixa Econômica tem as vice-presidências e há outros espaços, como Funasa (Fundação Nacional de Saúde), além da Lei de Diretrizes

Orçamentárias, que está aberta para emendas. Lira, como bom jogador, certamente está fazendo cálculos", aposta.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também entrou em campo. Foi ao Senado cumprimentar o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) pela condução da sessão de votação, na quarta-feira, e aproveitou para encontrar Aguinaldo Ribeiro. Disse que o fatiamento é uma hipótese, mas que não foi discutida no governo.

Padilha aproveitou para alfinetar o ex-presidente Jair Bolsonaro, que esteve no Congresso no mesmo dia da votação da reforma para convencer aliados a votarem contra. "O único derrotado foi o ex-presidente da República que, mais uma vez, tentou impedir uma reforma tributária no país", ironizou.

JUDICIÁRIO

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Ministro relatou os processos que tornaram o ex-presidente inelegível

Algoz de Bolsonaro, Benedito Gonçalves fecha ciclo no TSE

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Benedito Gonçalves despediu-se, ontem, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em discurso de encerramento de um ciclo de dois anos, ele destacou a atuação que teve em defesa da democracia e lembrou de relatorias importantes, como, por exemplo, o processo que tornou Jair Bolsonaro e o general da reserva Walter Braga Netto inelegíveis por oito anos, além de outras ações relacionadas à corrida presidencial do ano passado.

"Aqui aprendi que a democracia é frágil e deve ser constantemente cultivada e protegida. E, no TSE, tive a responsabilidade de zelar por esse alicerce, que é a democracia", destacou o ministro, aplaudido pela plateia.

Segundo ele, o TSE "traçou uma linha" sobre os limites existentes para os candidatos a cargos eletivos. "Na ação sobre o 7 de Setembro, o TSE demarcou que não há desculpas para que candidatos desviem as duas prerrogativas de presidente da República em cunho de objetivos eleitorais", ressaltou.

O magistrado também foi responsável por posicionamentos duros em relação a Bolsonaro durante todo o processo eleitoral. Nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, Benedito é juiz de carreira, tem um perfil considerado discreto e é o único negro entre os 33 integrantes do STJ.

Nos bastidores do TSE e das cortes superiores, Gonçalves deixa um legado de dedicação, rigor técnico e celeridade. O ministro dispensou empenho desde a fase de instrução dos processos contra Bolsonaro até a organização do relatório. Resolveu antecipadamente controvérsias sobre questões preliminares que poderiam comprometer as ações

e juntou os processos que tratavam do mesmo tema.

Herança

Com a saída de Gonçalves, caberá ao ministro Raul Araújo assumir a Corregedoria da Corte. Ambos são egressos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, por tradição, ficam apenas um biênio no TSE como titulares. Os processos restantes contra Bolsonaro passarão a ser conduzidos pelo novo corregedor.

A mudança na relatoria pode imprimir novo ritmo aos julgamentos do ex-presidente. Na reta final do mandato, Gonçalves buscou pautar as ações mais adiantadas — em quatro meses, o TSE julgou sete processos contra Bolsonaro. Restam ainda 10 ações que atingem o ex-presidente e a seus aliados.

Até o momento, Araújo votou para absolver Bolsonaro em todos os julgamentos. A taxa de fidelidade foi maior até mesmo do que a do ministro Kassio Nunes Marques, indicado pelo ex-presidente, que no último julgamento — sobre o uso do 7 de Setembro para fazer campanha — defendeu multa ao ex-presidente e a Braga Netto.

Ao longo da campanha de 2022, o novo corregedor tomou decisões que agradaram o entorno do ex-presidente. Partiu dele a liminar que proibiu manifestações políticas no festival de música Lollapalooza, após artistas verbalizarem apoio a Lula. Araújo também rejeitou pedido do PT para retirar outdoors com mensagens de apoio a Bolsonaro. Foi o único, ainda, a votar contra a multa de R\$ 22,9 milhões imposta ao PL, partido do ex-presidente, na esteira do pedido para anular parte dos votos do segundo turno. (Com Agência Estado)

» PTB e Patriota se fundem e são, agora, PRD

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou, ontem, a fusão do PTB com o Patriota. As duas siglas deram origem ao Partido da Renovação Democrática (PRD). As legendas, orientadas politicamente à direita, optaram pela fusão como uma forma de não serem afetadas pela cláusula de barreira. A medida exige um número mínimo de votos em nível nacional ou de parlamentares eleitos para que as siglas tenham acesso a recursos público do fundo partidário e à propaganda gratuita em rádio e tevê. O PTB perdeu, neste ano, o direito ao Fundo Partidário. O único deputado eleito pelo partido, em 2022, trocou de legenda. Já o Patriota é dono de cinco cadeiras na Câmara, o que garantiu à sigla R\$ 965 mil neste ano. Nenhuma das siglas elegeu senadores na última eleição.

Geraldo Magela/Agência Senado



Aguinaldo e Padilha se cumprimentam, no Senado, no dia seguinte à aprovação da reforma. Ministro aproveitou para alfinetar Bolsonaro

Mudança será percebida lentamente

» RAPHAEL PATI*

O consumidor deverá perceber lentamente o impacto do novo modelo de tributação a ser adotado pela reforma. A principal alteração é a substituição de três impostos federais (PIS, Cofins e IPI) por um único: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Os impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e sobre Serviços (ISS, municipal) serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Tanto o CBS quanto o IBS integram o IVA dual — o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que segue os moldes do tributo único aplicado em alguns países. O IVA terá uma alíquota padrão,

que ainda será definida depois da discussão da reforma na Câmara.

Na prática, não haverá mais taxação cumulativa, que ocorre quando um imposto incide sobre outro. Na avaliação dos especialistas, o setor que mais será beneficiado é a indústria, a mais afetada pela cumulatividade. Com a nova regra, o IVA será cobrado no destino final onde o produto será consumido, e não mais na origem.

Além da unificação de impostos, a reforma também traz mudanças significativas para o brasileiro de renda inferior à média nacional. Uma das medidas destinadas à população mais pobre é o direito ao *cashback* — que deverá receber de volta parte do valor gasto nas contas de energia elétrica e gás de cozinha.

Também há a previsão de isenção dos alimentos da cesta básica nacional, a ser definida por meio de lei complementar.

O texto aprovado no Senado também prevê alíquota reduzida do IVA em 60% para 13 setores, como serviços de educação e saúde, alimentos sem açúcar ou conservantes e produtos básicos de higiene pessoal. Também haverá redução de 30% na alíquota dos serviços prestados por profissionais liberais — como advogados e contadores.

A transição do sistema atual para o novo começa em 2026 e será concluída em 2032, quando todos os impostos serão unificados em um federal (CBS) e outro estadual (IBS). Para o tributarista Leonardo Roesler, os efeitos

da reforma devem começar a ser sentidos a partir da promulgação — prevê um aumento dos preços e custos, que irá incidir sobre o consumidor final.

"Vai haver um aumento de custo global, seja nos serviços ou na indústria, porque a indústria, por mais que vá ser beneficiada, não vai reduzir o preço final", afirma.

Para Leonardo, haverá uma reação em cadeia, em todas as etapas do processo produtivo, o que fará com que o brasileiro tenha um peso a mais na conta final. "Os especialistas já falam em um aumento mínimo de 15% no valor dos produtos para o consumidor com a reforma", adverte.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi



Convite

INAUGURAÇÃO
RESIDENCIAL CLÁUDIO COHEN

4 quartos e 130 m² de tranquilidade e conforto.
Sábado, 11/11, das 10h às 15h - Guará II, QI 33

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO COM O BRB

banco **BRB**

PaulOOctavio®